

INFORMATIVO MPME



Taxa Selic volta a cair, mas ainda não é suficiente para melhorar o crédito para pequenos negócios

Pela sexta vez consecutiva, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de juros (Selic). O anúncio do corte de 0,5% foi feito nesta quarta-feira (20) e acompanhou a expectativa do mercado. Agora, a taxa chega ao nível de 10,75% ao ano (há sete meses, o índice era de 13,75%, após 12 aumentos seguidos). Para o Sebrae, a medida é reflexo do cenário positivo econômico nacional, mas ainda não é o suficiente para garantir melhores condições de crédito para os pequenos negócios.

“Acabamos de receber essa grande notícia para o Brasil e para a economia brasileira, sobretudo para os pequenos negócios que apresentam claramente a força desse setor que puxa o processo de empregos formais no nosso país e de crescimento econômico, que são os micros e os pequenos negócios. A notícia é a queda da taxa de juros produzida pela decisão do Banco Central, da taxa Selic, que passa a 10,75% – uma queda na sua somatória significativa e, portanto, permite que nós possamos inserir principalmente os micros e pequenos negócios para a obtenção de crédito”, avalia o presidente do Sebrae, Décio Lima.

De acordo com o coordenador de Acesso a Crédito e Investimentos do Sebrae, Giovanni Beviláqua, a taxa média repassada aos pequenos empreendedores é baseada na Selic e, por isso, a necessidade de uma redução mais acelerada. “Se o mercado está prevendo uma Selic de um dígito, em torno de 9% somente no final do ano, a taxa média de juros para os pequenos negócios também deve ser reduzida para cerca de 30% ao fim do ano. O valor ainda é muito elevado”, explica.

Situação econômica

Após o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,9% em 2023, a expectativa é que o cenário econômico continue positivo para este ano. Nesta terça-feira (19), o Banco Central publicou o boletim Focus, no qual escutou economistas sobre a expectativa para 2024. A mediana do mercado para o PIB de 2024 subiu de 1,78% para 1,8% e a inflação subiu de 3,77% para 3,79%.

Para íntegra: <https://rebrand.ly/857a3c>

20 de Março de 2024 – Fonte: Agência Sebrae de Notícias - ASN

Ei, empresário! Você sabe separar suas contas das despesas da empresa?

Sabemos que micros e pequenos empresários já utilizaram o dinheiro de uma conta pessoal para pagar débitos da empresa e vice-versa. Até 2023, cerca de 60% dos MEIs misturaram as contas pessoais e empresariais, segundo a Pesquisa Hábitos de Uso de Produtos Financeiros, que consultou mais de 6,1 mil donos de empreendimentos. Você sabia que isso é um erro e pode prejudicar o desempenho de uma empresa? A Confederação Nacional da Indústria (CNI) explica por que é importante separar as finanças pessoais das empresariais e dá dicas para evitar e resolver esse problema no NAC Responde.

Para começar, é necessário entender a diferença dessas finanças para saber separá-las. A contadora e analista do Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC) de Alagoas, Joanna Rubim, explica que “finança pessoal é tudo que tem relação com o financeiro de uma pessoa física, seja de forma individual ou familiar, enquanto finança empresarial é o recurso financeiro de uma empresa, com ou sem fins lucrativos, pública ou privada, de qualquer porte. Também é considerado o cuidado que se tem com o capital empresarial para a tomada de decisões como investimentos, aplicações, entre outras ações”.

Exemplos de finanças pessoais são o aluguel, a alimentação, a energia elétrica, a conta de água, de internet e a mensalidade escolar. Já o pagamento de fornecedores, os impostos, a manutenção de máquinas e as despesas de marketing fazem parte das finanças empresariais.

Misturar as finanças é um erro?

Sim. Além de infringir o Princípio da Entidade - básico da contabilidade -, que trata da separação dos patrimônios da empresa e dos seus sócios, traz prejuízos legais.

Os exemplos mais comuns são: quando a empresa paga as contas particulares dos sócios ou quando o sócio retira dinheiro do caixa sem declarar a retirada de lucro. Mas também existem casos mais peculiares, como quando os sócios compram, em nome da pessoa jurídica, veículos para uso pessoal, incluindo os gastos de combustível e manutenções deles, sendo que são contabilizados como despesas da pessoa jurídica mensalmente.

Essas atitudes podem causar o que é chamado de desconsideração da personalidade jurídica e atinge não somente o patrimônio dos sócios, mas também do administrador caso esse seja terceiro, além de uma possível responsabilidade tributária, conforme esclarece o artigo 50 do Código Civil. Então, aquele carro utilizado pela família, poderia ser usado como pagamento de alguma dívida da empresa.

Além disso, misturar as finanças faz com que o empresário perca a compreensão do negócio no que diz respeito à gestão do lucro e prejuízo da empresa; e dificulta a tomada de decisões.

Tem como solucionar esse problema?

Sim. O ideal é começar com um planejamento. Identificar receitas e despesas da empresa e empresário, individualizar as contas e definir estratégias para regularizar o controle financeiro de ambos.

Para saber mais clique **[AQUI](#)**

Para íntegra: <https://rebrand.ly/48bff3>

20 de Março de 2024 – Fonte: Agência de notícias da indústria

Pequenos negócios foram responsáveis por 62% das vagas de emprego em janeiro

No conjunto da economia, o total de postos de trabalho criados em janeiro deste ano foi de 180,3 mil – desse universo, 62% estavam nas MPE. Os pequenos negócios geraram, no primeiro mês do ano, 52% mais empregos que o registrado no mesmo período de 2023. É o que mostra o levantamento feito pelo Sebrae a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Foram 112 mil novas vagas contra 74 mil contabilizadas no ano passado somente nas micro e pequenas empresas.

Os setores de Serviços (53.218), Construção (36.579) e Indústria da Transformação (33.181) contribuíram fortemente para a geração de empregos nas MPE. Nas médias e grandes empresas (MGE), por sua vez, os principais setores responsáveis pela criação de vagas de trabalho foram Indústria da Transformação (32.896), Serviços (21.848) e Construção (12.752).

As atividades que mais contribuíram para o fomento do emprego no país em janeiro de 2024, considerando o conjunto da economia, foram: “Construção de edifícios” (20 mil vagas), “Cultivo de soja” (8,6 mil vagas) e “Cultivo de frutas de lavoura per manente, exceto laranja e uva” (7,3 mil vagas). Entre as MPE, o destaque fica com “Construção de edifícios” (15,8 mil vagas). Já para as atividades que mais somaram para o top 10 nas MGE foram: “Construção de edifícios” (4,3 mil vagas) e “Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva” (4,3 mil vagas).

Para saber mais clique **[AQUI](#)**

Para íntegra: <https://rebrand.ly/bb40a4>

20 de Março de 2024 – Fonte: Agência Sebrae de Notícias - ASN



Veja mais
www.cni.com.br

Informativo MPME | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Gerência Executiva de Economia - ECON | Gerente Executivo: Mário Sérgio Carraro Telles | Gerência de Política Econômica - GPE | Gerente: Fábio Bandeira Guerra | Equipe: Valentine Braga e João Vitor Gonçalves | Editoração: GPE | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDIE/ECON | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.8989 nac@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.